



GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais – Trabalho 418

## “EU MEREÇO QUE VOCÊ VENHA ME ENTREVISTAR, COMO UMA EXCEPCIONALIDADE, DEMONSTRA QUE ALGUMA COISA ACONTECE...”: DISCURSOS SIMBÓLICOS ENTRE O PRIVILÉGIO DE SER BRANCO E O RACISMO

Viviane da Silva Almeida – UFRRJ

Ahyas Siss – UFRRJ

### Resumo

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa que objetivou identificar as impressões que os(as) diplomatas afro-brasileiros(as) e brancos(as), formados no Instituto Rio Branco, têm sobre o acesso à carreira diplomática brasileira, bem como mapear suas formação acadêmica e vivências acerca do racismo no Brasil. A pesquisa é qualitativa e como procedimentos metodológicos, além das análises bibliográficas e documental, apoia-se na análise crítica do discurso. Entre seus suportes teóricos destacamos, Hasenbalg (1979), Munanga (2003, 2008), Moore (2012), Better (2008) López (2012), Schucman (2012) e Sovik (2004) que, dentre outros, contribuíram para amparar e evidenciar o campo na efetivação da análise crítica apresentada de forma dialética e também para demonstrar como a ação do privilégio de ser branco evidencia a existência e atuação do racismo no Brasil.

**Palavras-chave:** racismo, privilégio, afro-brasileiros, formação acadêmica.

### 1. Introdução

Desde a última década do século XX, tanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vêm divulgando por meio de suas pesquisas aplicadas a confirmação das desigualdades entre brancos e negros em nosso país, porém “as distinções e desigualdades raciais são contundentes, facilmente visíveis e de graves consequências para a população afro-brasileira e para o país como um todo”. (HERINGER, 2002, p. 58). Fernandes (1978), Hasenbalg (1979) e Guimarães (1999) já demonstravam em suas pesquisas, a presença e

a persistência das desigualdades raciais e como os afro-brasileiros<sup>1</sup> têm a expressão de sua cidadania dificultada, bem antes do IBGE e do IPEA.

Ao assumir este debate, se faz necessária uma abertura e conhecimento sobre o conceito de raça<sup>2</sup> e o reconhecimento da desigualdade pelas quais os afro-brasileiros têm sofrido no Brasil. Hasenbalg (1979) defende a ideia de que a discriminação racial no Brasil é o resultado direto das desigualdades entre brancos e não brancos e que tal cenário é revalidado no tempo presente pela ordem capitalista. Sua tese central é que a exploração de classe e a opressão racial se articularam como mecanismos de exploração dos afro-brasileiros, alijando-os das conquistas de bens materiais e simbólicos.

A questão racial não é nova para muitos intelectuais da área da Educação e Diversidades Étnico-Raciais. Silva (2000) aponta que

a principal justificativa para a negação da existência das raças no Brasil foi a “brandura” das relações entre brancos e negros e especialmente o processo de embranquecimento que apologeticamente foi encampado pela maioria dos nossos pesquisadores. Embranquecimento era visto como estágio de ascensão social do ex-escravo que, pela sua condição, era considerado inferior. (SILVA 2000, p. 101, grifo do autor).

Moore (2012) assinala que as mais fortes evidências históricas apontam que o racismo teria se formado historicamente, e não ideologicamente. Seria fruto então de uma forma de consciência coletiva historicamente ocasionada, visando à sustentação das redes de solidariedade que originado interior das pessoas, para a apreensão, a repartição, a preservação e o controle monopolista dos recursos básicos de uma solidariedade. Também pode ser considerado como uma recuperação cultural de um conjunto de comportamentos agressivos, violentos e egoístas cuja finalidade é a estruturação e a sustentação de sistemas de gestão dos recursos em termos racialmente monopolistas. “O racista usufrui de privilégios e vantagens concretas, como o produto do exercício de um poder total, enquanto o alvo do racismo experimenta a situação contrária”. (MOORE, 2012, p. 230).

Acerca desta temática a pesquisadora norte-americana Shirley Better (2008, p. 3) esclarece que “o termo raça é uma construção social. (...). Ou seja, a classificação dos

---

<sup>1</sup> O termo afro-brasileiro é aqui utilizado para referenciar os cidadãos descendentes de africanos nascidos no Brasil, filhos da diáspora africana, ao mesmo tempo em que remete a um movimento de identificação étnica com os nascidos na diáspora africana em outros lugares.

<sup>2</sup> O conceito de raça não faz sentido senão no âmbito de uma ideologia ou teoria taxonômica, à qual Guimarães chamou de racismo. No seu emprego científico, não se trata de conceito que explique fenômenos ou fatos sociais de ordem institucional, mas de conceito que ajude o pesquisador a compreender certas ações subjetivamente intencionadas, ou o sentido subjetivo que orienta certas ações sociais. (GUIMARÃES, 1999).

indivíduos por diferenças fisiológicas externas é puramente um produto da sociedade. Raça, como usado no discurso social na América, é um termo equivocado”.<sup>3</sup>

Quando Better (2008) coloca que o termo raça é uma construção social, percebemos como esta construção apresentada pela autora, como um rótulo culturalmente determinado, é permeada também na sociedade brasileira, assemelhando-se dessa maneira o contexto norte-americano e o brasileiro.

As teorias racistas, então largamente difundidas na sociedade brasileira, e o projeto de branqueamento vigoraram até os anos 30 do século XX, quando foram substituídos pela chamada ideologia da democracia racial. Nesse novo contexto, entretanto, a valorização da miscigenação e do mulato continuaram propiciando a disseminação de um ideal de branqueamento como projeto pessoal e social. Sua crítica só ganhou repercussão nas últimas décadas do século XX, quando a denúncia da discriminação como prática social sistemática, denunciada pelo Movimento Negro, somou-se às análises sobre as desigualdades raciais entendidas não como simples produto de históricos acúmulos no campo da pobreza e da educação, mas como reflexos dos mecanismos discriminatórios. (THEODORO, 2008, p. 45).

É neste contexto que se percebe que as desigualdades sociais estão estritamente ligadas à discriminação racial no país. “Os brancos são muito mais eficientes em converter experiência e escolaridade em retornos monetários enquanto os não-brancos sofrem desvantagens crescentes ao tentarem subir a escada social” (HASENBALG, 2005, p. 20). “A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência” (RAMOS, 1957, pp. 190-191). Guerreiro Ramos já na década de 1950 registrava a importância do questionamento com seriedade sobre a ideia do racismo considerado “cordial” no Brasil, pautado numa pseudodemocracia racial. Schwarz sobre este racismo, mostra que

trata-se, portanto, de um racismo mestiço e ‘cordial’, cuja especificidade deve ser perseguida mesmo que por contraste e comparação. Quais seriam as diferenças entre a manifestação evidente de racismo - de parte a parte - existente nos E.U.A., e a modalidade retroativa de preconceito - esse preconceito de ter preconceito - imperante no Brasil? Como dialogar com uma população negra que, muitas vezes, nega sua cor e que vê no branqueamento uma espécie de solução? De que maneira lidar com os resultados de uma pesquisa que revela que enquanto 98% da população nega ter preconceito, 99% afirma conhecer pessoas que tem preconceito e, mais que isso, demonstram possuir uma relação próxima com elas? Com efeito, visto dessa ótica cada brasileiro parece se auto representar como uma ‘ilha

---

<sup>3</sup>Tradução nossa do original: “the term race is a social construct. A social construct is a culturally determined label. That is, the classifying of individuals by external physiological differences is purely a societal product. Race, as used in social discourse in America, is a bogus term.”

de democracia racial’ cercada de racistas por todos os lados. (SCHWARCZ, 1996, p. 100, grifo da autora).

O racismo, diante de pesquisas relevantes, como a de Mário Theodoro (2008), pesquisador do IPEA não afeta única e exclusivamente a população afro-brasileira pobre, principalmente quando ele sai do “lugar naturalizado” para posições consideradas de prestígio social elevado. O autor fala ainda que as desigualdades entre brancos e afro-brasileiros são maiores no estrato de escolaridade mais elevado.

Reações absurdas e inimagináveis vieram dos setores informados e esclarecidos que geralmente tem voz na sociedade brasileira. ‘Que absurdo, reservar vagas para negros’, o que caracterizam como uma injustiça contra alunos brancos pobres. Aqui somos todos mestiços, quer dizer que, no Brasil, não existem mais nem negros, nem brancos, nem índios, nem japoneses, por causa do alto grau de mestiçamento. ‘Aqui, não estamos nos Estados Unidos para impor soluções que nada têm a ver com nossa realidade genuinamente brasileira’, etc. Vejam que se deixa de discutir uma questão social que, como apontam as estatísticas das pesquisas do IBGE e IPEA, é caracterizada por uma desigualdade racial brutal e gritante. Por que isso? Parece-me que o imaginário coletivo brasileiro está ainda encoberto pelo mito de democracia racial. (MUNANGA, 2003, p. 120, grifo do autor).

É notório observar o racismo presente nas relações dos grupos sociais brasileiros. Mas este racismo não acontece somente nas relações interpessoais, ele está permeado, ainda que subjetivamente nas instituições sociais e, na maioria dos casos, se apresenta nos processos de seleção à empregos e cargos públicos. Better (2008, p.10) mostra que “o racismo é um ato individual ou uma prática institucional que perpetua a desigualdade, com base na participação racial. O racismo individual refere-se a ações individuais, que podem ou não podem ser suportados por uma crença pessoal em estereótipos”.<sup>4</sup>

No Brasil da primeira década do século XXI, destacou-se uma mudança na distribuição da população, segmentada por cor ou raça, o que confirma uma tendência já detectada. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2009) apontam um crescimento da proporção da população que se declara preta ou parda nos últimos dez anos: respectivamente, 5,4% e 40,0% em 1999; e 6,9% e 44,2% em 2009. Provavelmente, um dos fatores para esse crescimento é uma recuperação da identidade racial, já comentada por diversos estudiosos do tema.

Em relação à batalha dos direitos civis dos afro-americanos em analogia aos afro-brasileiros, os afro-americanos reuniram sua atenção não apenas na luta pelos direitos

---

<sup>4</sup> Tradução nossa do original: “the racism is an individual act or an institutional practice that perpetuates inequality, based on racial membership. Individual racism relates to individual actions, which may or may not be supported by a personal belief in stereotypes”.

civis, nos Estados Unidos, mas também na guerra pela igualdade racial em bases mundiais.

Santos (2008) fala um pouco sobre a ética da convicção antirracista, que foi incorporada dos Movimentos Sociais Negros Brasileiros, consolidada com estes e entrou em interação com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada na e da trajetória acadêmico-intelectual dos pesquisadores negros, ou ainda do seu ofício de intelectual, tendo como resultado a produção de um *ethos*<sup>5</sup> acadêmico-científico ativo, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial. (SANTOS, 2008).

Esta igualdade racial ainda é difícil de ser abordada e debatida no meio acadêmico sem problematizações. Ainda percebemos que a Academia Brasileira tem demonstrando utilizar-se do privilégio. Privilégio dos brancos, que não precisam transpor as barreiras impostas aos afro-brasileiros. Sovik (2004) fala sobre isso quando coloca que ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automáticos, permitindo trânsito, eliminando barreiras. (SOVIK, 2004). Ao nascer com a pele branca, você já teria o privilégio de livre trânsito na sociedade, sem as barreiras colocadas aos afro-brasileiros.

## 2. O que dizem os sujeitos

Foi realizada uma análise de cunho qualitativo, pois apresenta-se de forma a realizar apreciação descritiva e interpretações de caráter subjetivo, essencialmente pela interação entre o pesquisador, seu campo de pesquisa e seus pressupostos teórico-metodológicos.

O campo da pesquisa deste trabalho foi o Instituto Rio Branco<sup>6</sup>, com egressos(as) entrevistados(as) que já terminaram o curso de formação no referido Instituto, o Palácio do Itamaraty, quando estivemos em contato com os partícipes desta pesquisa. Os objetivos delineados foram: identificar as impressões que os(as) diplomatas afro-brasileiros(as) e brancos(as), formados no Instituto Rio Branco, têm sobre o acesso à

---

<sup>5</sup> Sales (2008) explica que este *ethos* é oriundo da interatividade daquela ética com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada de cursos acadêmico-científicos.

<sup>6</sup> O Instituto Rio Branco (IRBr) é uma instituição pertencente ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), além da seleção e formação de diplomatas, é responsável também pela realização do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos, obrigatórios para os diplomatas que almejam a ascensão na carreira.

carreira diplomática brasileira e mapear a formação acadêmica e suas vivências acerca do racismo no Brasil.

Utilizamos como procedimentos metodológicos, a análise bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Elegemos trabalhar com entrevistas semiestruturadas para que em certos momentos os(as) entrevistados(as) ficassem mais livres, e em outros momentos transcorressem mais direcionadas por meio da Análise Crítica do Discurso (Rojo, 2004).

Os sujeitos da pesquisa, protegidos pelo anonimato, estão identificados por número. Foram entrevistados(as) 8 diplomatas: Entrevistada 1, negra<sup>7</sup>; Entrevistada 2, negra; Entrevistada 3, branca; Entrevistada 4, branca; Entrevistado 5, mestiço<sup>8</sup>; Entrevistado 6, pardo; e, Entrevistado 7 e Entrevistado 8, ambos brancos.

Em relação à classe social familiar<sup>9</sup>, no momento em que ingressaram no IRBr, a maior parte dos sujeitos declara ser oriunda de classe média baixa, que corresponde à classe C. No entanto, dois diplomatas brancos declaram que suas famílias pertenciam à classe média alta (classe B) e uma diplomata branca que sua família era “abastada”. (classe A).

Guimarães aponta que, no Brasil, o sistema de hierarquização social, é aquele que se configura em gradações de prestígio formadas por classe social, origem familiar, cor e educação formal, fundou-se sobre as dicotomias que, por três séculos, sustentaram a ordem escravocrata: elite/povo e brancos/negros são dicotomias que se reforçam mútua, simbólica e materialmente. (GUIMARÃES, 1999).

Em relação à formação na Educação Básica, 2 afro-brasileiros(as) realizaram o Ensino Fundamental em escola pública e 2 em instituição privada (sendo 1 com bolsa

---

<sup>7</sup> Neste ponto expomos o termo que os próprios entrevistados utilizaram ao serem perguntados sobre qual grupo étnico-racial declaravam seu pertencimento. Os oito entrevistados pessoalmente tiveram declaração coerente relacionada a elementos fenotípicos, como textura do cabelo, forma do nariz e, sobretudo, cor da pele, como Oracy Nogueira reforçou, que são fatores que condicionam ou impedem mobilidades ao negro brasileiro que, no Brasil, seria o que ele nomeou de “preconceito de marca”. (NOGUEIRA, 1995). Porém, nomeamos os(as) entrevistados(as) que se autodeclararam negros(as), pretos(as), pardos(as) ou mestiços(as) como afro-brasileiros. (Ver nota n.º 1).

<sup>8</sup> O Entrevistado 5 salientou que se considera “fenotipicamente negro, mas mestiço, do ponto de vista, vamos dizer assim, genético. Mestiço, mas fenotipicamente negro. Seria uma resposta mais completa”.

<sup>9</sup> Procuramos a classificação social atual do IBGE e realizamos a correspondência de acordo com os dados coletados nas entrevistas. A saber: classe social A (renda mensal: mais de 15 salários mínimos); classe social B (renda mensal: de 5 a 15 salários mínimos); classe social C (renda mensal: de 3 a 5 salários mínimos); classe social C (renda mensal: de 1 a 3 salários mínimos); classe social E (renda mensal: de 1 salário mínimo).

integral por desempenho). 4 brancos(as) em escola privada (sendo 1 com bolsa integral por desempenho) e 2 em ambas, pública e privada.

O Ensino Médio foi cursado em instituição pública (1 instituição de origem estadual e 2 de origem federal) por 3 afro-brasileiros(as) e 1 em escola particular (elencada como de excelência). No que diz respeito ao grupo étnico-racial branco, 1 estudou em instituição pública (federal) e 3 em escola privada (consideradas de qualidade pelos/as entrevistado/as sendo que 1 entrevistada enfatiza que foi com bolsa por desempenho).

Em relação à formação acadêmica, constatamos que a maior parte dos(as) diplomatas participantes da pesquisa, 70%, estudaram em Universidade Pública e 30% em universidade particular, consideradas de qualidade por eles(as), em sua maior parte na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Neste recorte, apenas 1 diplomata, branco, declarou não ter realizado curso preparatório nem aulas particulares para preparação para o CACD.

No Brasil, ao pesquisar sobre as matrizes curriculares dos cursos em nível superior, um dos pré-requisitos ao cargo, o curso que mais se aproxima, é o curso de “Relações Internacionais”, que não está presente em muitas universidades públicas. No entanto, mesmo este curso, sendo o mais próximo, sua matriz curricular não contempla todos os conteúdos exigidos aquele que almeja a carreira.

Schucman (2012) nos mostra como, na estrutura de nossa sociedade, a concepção de que o branco é melhor vem subjetivamente enraizada pela nossa história e que muitos tem perpetuado esta prática, incutindo no imaginário e na identidade dos não-brancos a naturalização de que sempre vai ser mais difícil para o negro, que é natural ser mais difícil. Há discursos simbólicos na fala dos(as) entrevistados(as) quando discursam como foi a preparação para o Concurso de Acesso à Carreira de Diplomata:

– Na verdade eu sempre quis ser diplomata, o curso superior que fiz, foi para ser diplomata, só que eu não tinha dinheiro, então aí a vida me puxou, eu fui fazendo outras coisas, dando aula... Quando eu cheguei ao Rio, eu descobri o PAA do IRBr<sup>10</sup>, aí eu falei: -é a minha oportunidade! Aí estudei, consegui a bolsa num ano, só que eu perdi na primeira fase por 2 décimos. Aí no outro ano eu não consegui a bolsa, por questões que eu passei na última fase, aí tem algumas questões que eu acho que é o processo de seleção da bolsa que é falho... Eu fui o

---

<sup>10</sup> O MRE, em 2002, lançou o Programa de Ação Afirmativa (PAA) nomeado de “Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia”. Este programa, considerado de ação afirmativa pelo IRBr, iniciou com a finalidade de proporcionar maior igualdade de oportunidades de acesso à carreira de diplomata e de acentuar a diversidade étnica nos quadros do Itamaraty. “No Instituto, o PAA foi fruto de compromissos firmados na III Conferência, realizada em Durban”. (OLIVEIRA, 2011, p. 63).

quinto melhor do Brasil e não recebi a bolsa, aí o dono dum curso lá no Rio de Janeiro falou: - esses caras são loucos, eu vou te dar uma bolsa do meu curso, me deu uma bolsa de 100 %. E eu continuei estudando, fui à última fase e perdi por causa de Economia, no ano seguinte eu consegui a bolsa de novo e aí parei de trabalhar 6 meses, porque eu estava trabalhando e estudando esse tempo todo e aí é que eu venho a passar. (Entrevistado 6, afro-brasileiro).

– *Decidi que ia tentar a carreira já no ensino médio.* Então, a família sempre viajou muito, então desde pequena, essa coisa de estar de um lado pro outro, conhecendo lugares novos e tal, adquirindo um gosto em viajar, em rodar... E aí a minha mãe teve um papel crucial, porque ela sempre me estimulou muito a estudar línguas, porque ela também gostava muito, tinha muita facilidade, aí eu também tenho muita facilidade, eu sempre estudei línguas, então isso também é outra ponte com a diplomacia, e por fim foi uma sugestão da minha mãe, mesmo assim: ah, por que você não faz o Instituto Rio Branco...? Foi isso, foi uma influência central mesmo. *Fiz curso preparatório por 3 anos, impossível não fazer.* Na terceira tentativa eu ingressei. A primeira tentativa foi para conhecer, né, só estava estudando há um mês, então foi só para ver “a cara da prova”. A segunda, eu estava estudando há um ano, e aí eu fiquei extremamente nervosa, e aí eu tirei a mesma nota do primeiro ano, que eu não sabia nada mesmo (sobre a primeira tentativa), e foi extremamente decepcionante, mas eu vi que era puramente uma questão emocional, né, e aí depois o concurso atrasou muito para acontecer e aí ele aconteceu quando eu estava com 3 anos de estudo já, ou quase e aí eu passei direto em todas as fases. (Entrevistada 3, branca, grifos nossos).

– Foram necessárias, várias aulas de vários cursos, que custa muito dinheiro. No concurso, passei na segunda tentativa. O pessoal fala que, os cursinhos são uma invenção recente, os cursinhos preparatórios para esse concurso, mas eu não sei se concordo muito com essa afirmação, porque, *antigamente, mesmo que não houvesse cursinho, haviam aulas particulares, inclusive ministradas por diplomatas, e que essas aulas particulares, elas eram caríssimas, em termos proporcionais, até mais caras que o cursinho “pobre”.* Então, de certa maneira, o surgimento dos cursinhos, foi uma forma, também, de dar uma maior democratizada, eu diria que abriu mais espaço pra que pessoas de classe média pudessem fazer o curso. (Entrevistado 5, afro-brasileiro, grifos nossos).

Constatamos também, por meio dos dados coletados, que os diplomatas afro-brasileiros e brancos não se formam na mesma proporção no IRBr, dentre os diplomatas ativos no MRE, por meio do acesso à informação do governo federal, o referido ministério não possui dados comprobatórios sobre a origem étnico-racial do seu corpo diplomático, em 2015, 1567 diplomatas compunham o serviço ativo, 652 no Brasil e 915 no exterior e 1.259 diplomatas estavam aposentados. Dentre estes, a única informação concedida foi a seguinte: o Ministério informou, que desde 2002, quando foi criado o Programa de Ação Afirmativa do Ministério das Relações Exteriores, ingressaram na Carreira de Diplomata 21 candidatos que se autodeclararam afrodescendentes e se beneficiaram de bolsas

concedidas pelo Programa. Assim, se configurou que o único registro disponível sobre origem racial ou étnica foi limitado aos diplomatas que participaram do referido Programa. Por meio deste número, o MRE teria apenas 1,35% de diplomatas negros em sua composição, pois não nos foi fornecido outro número, contudo, as pesquisas de Oliveira (2011) e Oliveira (2015) nos mostram por meio de suas constatações, que a porcentagem chega a 5% se considerar aqueles que não participaram do PAA.

Em relação à existência do racismo no Brasil, trazemos primeiramente, entre conceitos e vivências, os depoimentos dos(as) diplomatas afro-brasileiros(as).

– Bem, as estatísticas comprovam que existe racismo no Brasil, porque é um país que já tem 500 anos de existência, e vamos então tomar só a época republicana, nós já temos aí mais de 150 anos de república, a gente tem 130 anos de república. E onde os negros ainda estão na pirâmide? *Na base da pirâmide social, onde a gente ainda tem poucos negros em cargos como o meu. Onde eu mereço que você venha me entrevistar, como uma excepcionalidade, demonstra que alguma coisa acontece.* Se eu parto do princípio que a espécie humana tem uma raça só, e que as pessoas têm capacidades semelhantes, eu não posso imaginar que os negros não correspondam aos padrões exigidos de conhecimento, ou de beleza, ou de produtividade, **então sim há uma barreira que é racial.** (Entrevistada 1, afro-brasileira).

– Eu não acredito não, eu tenho certeza que existe racismo no Brasil, é uma naturalização do Racismo, o Brasil é o único país que tem racismo sem ter racistas, mas o racismo está em todo lugar. Eu já fui vítima em várias situações de racismo mesmo depois de ser diplomata. É... (Pausa) Um racismo diferente. (Entrevistado 6, afro-brasileiro).

Sobre a existência do racismo no Brasil, os partícipes brancos expressam seu posicionamento.

– Sim, eu acho que o racismo no Brasil, ele existe e ele é baseado na nossa história escravocrata, um país de mais de 500 anos, dos quais quase 400, o país ficou sob o regime da escravidão, e isso tem um efeito muito forte, na mentalidade, no imaginário, nas pessoas, então as pessoas quando olham um negro, uma negra, associam diretamente, coisas muito negativas, é difícil olhar, projetar, algo de bom, normalmente... Sei lá... Considerado inferior, menos preparado, eu acho que no Brasil a gente não superou ainda aquela teorias raciais do século XIX, na verdade, e tem gente que ainda acredita naquilo, que os seres humanos, eles são diferentes, que o homem branco está no topo da evolução, da espécie humana, acho que a gente tem um pouco disso ainda. E que, assim... Enfim, a gente tem uma matriz africana tão forte, no país, não sei... (...) nosso racismo é meio, quase como que país, é como uma falta de amor próprio, o que é muito triste né, porque se você não se assume, não se enxerga, não se ama, não se reconhece, como um indivíduo, que destino que você vai ter... Enfim, então eu acho que a origem do racismo brasileiro vai mais ou menos por aí. (Entrevistado 5, branco).

– Olha esses últimos anos, você teve muitas famílias negras que melhoraram “de vida”, eu te pergunto: - os milhões de negros que

tiveram uma ascensão social, de repente começaram a colocar um filho numa faculdade paga, eles entraram, eles melhoraram de vida, por causa de ação afirmativa ou por que a economia melhorou? Porque tem esse lado também, eu acho que esse lado é importante, porque as pessoas têm que ver, agora como eu te disse, eu não sou um expert nisso, eu poucas vezes lidei com isso, vejo no jornal, por achismo... *Até porque, esse anonimato é bom e eu vou lhe dizer porque... Eu quero até que você bote...* Porque nós vivemos um fascismo do politicamente correto hoje em dia. Você sabe muito bem, que tem certos setores aqui, que, eu, hoje em dia, quer dizer, é uma maneira muito difícil de você discutir, porque eu posso falar, o que eu falar, *mas a depender de que, por exemplo, se fosse uma pessoa que ouça, o que eu acabei de dizer, pode me acusar de ...* (Entrevistado 8).

O Entrevistado 8, por meio de seu discurso, nos mostra fala semelhante à parcela da população que ainda acredita na pseudodemocracia racial, de que não haveria racismo pelo Brasil ser um país miscigenado, demonstrando assim, ter orgulho desta miscigenação, como sinaliza Oliveira

[...]um país, como Estados Unidos, que vivenciou projeto nacional de segregação racial explícita, como foi o regime do *Separate but equal* promovido pelas leis *Jim Crow*, tenha alcançado participação representativa de negros na diplomacia, em comparação com os percentuais baixíssimos do Brasil, onde o mito da democracia racial - termo popularizado a partir da interpretação de livros, como Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mocambos, de Gilberto Freyre e atualmente amplamente aceito no domínio público - e o mito da tolerância étnica, são vistos como motivo de orgulho nacional. (OLIVEIRA, 2011, pp. 10-11, grifo do autor).

Schucman aborda sobre a necessidade da utilização da categoria raça quando aponta que

[...] é exatamente o racismo que faz com que seja necessária a utilização política da categoria raça. É nesse fator que se dá a importância do racismo no entendimento do que é ser negro atualmente no Brasil e, portanto, pela polarização negros/brancos. Isso se deve ao fato de quem mesmo estranho a uma unificação negra ligada à religião, cultura e tradição, ainda que totalmente ausente das práticas identitárias ligadas às inúmeras possibilidades de vivências da negritude, o racismo e a experiência deste integram o conjunto de vivências dos indivíduos negros ao longo da história. A própria história nos mostra que o racismo é um fenômeno que, além de unificar reativamente os negros, também os apresenta e os caracteriza como um coletivo homogêneo, longe de refletir a realidade do universo das inúmeras diferenças entre os indivíduos negros. (SCHUCMAN, 2012, p. 40).

Há aqueles que tem posição diferente, Entrevistada 3, quando questionada sobre a existência e atuação do racismo, diz:

– acho que é um racismo de marca, né, de cor, acho que é um racismo secular, que provém da escravidão, acho que a população negra nunca foi integrada realmente de maneira digna desde o fim da escravidão,

acho que as políticas públicas de inclusão são extremamente recentes, acho que a pobreza no Brasil é negra. Então acho que tem uma grande sobreposição entre classe e raça, né, a questão social e a questão racial, e **acho que o racismo é envergonhado, é um racismo que todo mundo se envergonha de ser, ninguém se diz racista, mas quase todo mundo é.** (Entrevistada 3, branca, grifos nossos).

– Olha, porque a gente vê (risos). É uma coisa que eu constato, quer dizer, eu vejo, eu acho que assim, como é que eu vou te explicar (...) A discriminação, acontece de uma maneira diferente, aqui, eu acho que ela tem um recorte, digamos assim, social, econômico, forte. Quer dizer, você vê tão pouco negros no Itamaraty, é uma deformação né, em relação, se você pensar em termos de representatividade da população e tal. **Eu acho que isso é um sintoma de que tem um problema aí nessa área, e que eu acho que não é só uma questão racial, é uma questão de que, por que realmente os negros não tem acesso...** Eu acho que tem esse recorte raça/classe muito forte, mas eu acho que no frígido dos ovos, Às vezes, é racismo mesmo. Que é o racismo talvez mais super reptício, mais camuflado do que é nos Estados Unidos, por exemplo, que lá as pessoas não têm nenhum problema de dizer. Às vezes eu percebo, eu vou te dar um exemplo, o fulano, que é meu amigo e tal, vem recente, diplomata bem jovem, outro dia a gente estava conversando e eu te confesso que eu fiquei chocado. Ele falou assim: não, porque depois que eu mudei aqui pra Brasília (a turma dele do Rio Branco, saíam e tal) e em mais de uma ocasião, a gente entrando num bar ou numa boate, acharam que eu era o segurança, que eu não era diplomata que nem os outros, entendeu? Que eu era o leão de chácara, as pessoas tinham dificuldade de me ver como um diplomata igual aos outros brancos. Aí eu falei, não, não pode ser. Aí ele afirmou, eu estou te dizendo! (Entrevistado 7, branco, grifo nosso).

– Com certeza. Porque é até um apelo filosófico, é muito evidente. Existe também uma relação do racismo com a desigualdade racial e com a desigualdade social. Eu fico pensando que, por exemplo, em todos os contextos que eu vivi ao longo da minha vida, que sempre foram contextos razoavelmente de elite, pensado dentro de um parâmetro de Brasil, você estudar numa boa escola de classe média, particular, você estudar numa universidade de ponta, particular, você fazer um concurso, que é extremamente disputado e estar numa instituição que é considerada uma instituição de ponta, também, e eu considerar que em toda essa trajetória que eu fiz, eu conviva com poucos negros, isso já é bastante sintomático. Eu estudava numa escola de classe média na minha cidade, numa escola particular, e eram poucos negros que estudavam nessa escola, depois na universidade, a mesma coisa, eram poucos negros que estudavam comigo, e, no concurso, se você pensar na proporção de negros, mestiços e mulatos que tem na população, e eu comentar que tem autodeclarados dois na minha turma e se você for analisar tem no máximo mais uns dois, três, quatro, não sei... É muito pouco num universo de... 32 pessoas, na minha turma tinha 32 pessoas. Isso é um diagnóstico do resultado das desigualdades de oportunidades, de desigualdade racial, mas o racismo, ele é muito evidente, na maneira como a gente estigmatiza muitas vezes... Até no vocabulário que se naturalizou em torno do negro, das maneiras pejorativas que existem de referência. Então, assim, eu não tenho essa visão de que o Brasil é um país livre de racismo não. (Entrevistada 4)

Seyferth (1989) vem salientar que o que torna a identificação de uma questão racial tão problemática é a existência de uma ideologia de igualdade racial embasada na miscigenação que não encontra respaldo na vida social. Como em muitas outras sociedades multiétnicas ou multirraciais (ou ambas), as diferenças étnico-raciais não são tomadas como simples diferenças, mas como indício de desigualdade e inferioridade; e a condição de classe tão afirmada nesse ideário democrático serve apenas para mascarar uma prática frequente de discriminação, evidenciada nas pesquisas atuais em todos os setores da sociedade. (SEYFERTH, 1989, p. 30).

### 3. Considerações Finais

Percebemos nos relatos dos(as) diplomatas brancos(as), como reproduzem o quanto foram beneficiados por serem brancos, trazendo ao cerne da discussão, o privilégio de ser branco. A ação deste privilégio, no Brasil, está estreitamente ligada à presença e atuação do racismo. Para explicar um pouco esta relação, a pluralidade racial, oriunda do processo colonial no Brasil representou ameaça e enorme entrave no percurso da construção de uma Nação que se imaginou como branca (MUNANGA, 2008). Neste cenário, constatamos também que uma das formas que o racismo no Brasil se apresenta é na falta de oportunidade para a parcela negra da população, um racismo muito mais institucional. (OLIVEIRA, 2011).

No país em que vivemos, impregnado de sequelas do regime escravocrata, o acesso aos cargos considerados de alto prestígio social tem sido mitigado aos afro-brasileiros, o ingresso na carreira diplomática não demonstrou ser diferente. As expressões da maior parte destes diplomatas salientam que realmente há diversas práticas institucionais que elitizam o concurso, as questões, os conteúdos exigidos na prova, que tendem a não privilegiar uma parcela da população, parcela esta que não teria recursos e condições para dedicar-se, uma dedicação de tempo, de recursos financeiros para realizar alto investimento em preparação em cursos ou aulas particulares que abreviariam o quantitativo de tentativas.

Os sujeitos, no decorrer de suas falas, produziram e reproduziram práticas e discursos advindos do *lócus* no qual estão arraigados, resultando também representações reflexivas. Rojo (2008) nos deu suporte, para que a ACD fosse aplicada. Este método de análise, muito utilizado em pesquisas sociais científicas, se demonstrou adequado e eficiente, pois nos permitiu por meio das falas dos entrevistados 7 e 8, por exemplo,

fossem expostos e constatados: o exagero do poder, o controle social, a dominação, as desigualdades raciais, a marginalização e a exclusão social.

Nessa perspectiva, expressam, que seriam excluídos os indivíduos que teriam menos acesso a recursos materiais e, se a supremacia deste grupo é composta por negros, é notório que haveria o recorte racial, mesmo que tenham deixado implícito em seus discursos, propõem assim, que a supremacia negra no Brasil não detém o biopoder<sup>11</sup>, este biopoder estaria nas mãos da supremacia branca.

---

<sup>11</sup> Foucault (1996) sinaliza que o que contribuiu o registro do racismo nos mecanismos do Estado foi justamente a emergência do biopoder. E é neste momento em que o racismo se insere como um mecanismo fundamental do poder e de forma a ser exercida nos Estados modernos. Isto faz com que o modo moderno de funcionamento dos Estados, até certo ponto, até certo limite e em certas condições, passando através das raças. López (2012) mostra que este biopoder está relacionado a um campo formado relativamente por tentativas racionalizadas em média escala, na intervenção sobre características inerentes à existência do homem. Este biopoder aparece como um controle social que se principia no corpo, podendo expressar-se na materialidade do poder nos corpos dos sujeitos. (LÓPEZ, 2012).

## REFERÊNCIAS

BETTER, S.J. **Institucional racism: a primer on theory and strategies for social change.** USA. Rowman & Littlefield publishers. 2. ed. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. Anuário do Instituto Branco. Ministério das Relações Exteriores. – Brasília: Instituto Rio Branco, 2014.

CESPE/ UnB – Concursos e seleções. Disponível em: <<http://www.cespe.unb.br/>>. Acesso em 10 nov. 2016.

HERINGER, R. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas.** Cad. Saúde Pública [online], vol. 18, 2002, pp. 57-65

IBGE - Tendências demográficas: 1950 – 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf)>. Acesso em 17 nov. 2016.

FERNANDES, F., 1978. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo, Ática.

FOUCAULT, M. **Genealogia del racismo.** La Plata, Altamira, 1996.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 1999.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 1 ed., Brasília, Ipea, 2008.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Rio de Janeiro, Graal, 1979.

LÓPEZ, L.C. **Conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.** Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.16, n.40, p.121-134, 2012.

MOORE, C. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** 2 ed. Belo Horizonte, Nandyala, 2012.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. p. 117- 128. *In:* GONÇALVES e SILVA, P. B. e

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais.** São Paulo. T.A. Queiroz Editor, 1995.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, A.P.C. **Diplomatas negros (as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e trajetórias de diplomatas (ex) bolsistas.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia. 2011. [mimeo]

OLIVEIRA, J. L. L. **NEGROS E DIPLOMACIA: Presença de afrodescendentes no Ministério de Relações Exteriores.** Estudo comparado Itamaraty- Departamento de

Estado norte-americano. (Dissertação de Mestrado). Instituto Rio Branco. Brasília. 2011. [mimeo]

RAMOS, A. G. **Introdução à sociologia crítica**. Editora UFRJ. Rio de Janeiro. 1995 (1957).

ROJO, L. M. A fronteira interior – Análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”. In: IÑIGUEZ, L. (Org.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 2004.

SANTOS, S. A. dos. **De militantes negros a negros intelectuais**. Congresso Português de Sociologia, VI, 2008. Anais. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2012. [mimeo]

SCHWARCZ, L.M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais de século XIX. **Afro-Ásia**. Salvador. EDUFBA, 1996.

SEYFERTH, G. As Ciências Sociais no Brasil e a Questão Racial. In: BIRMAN, P. (Org.). **Cativeiro e Liberdade**. Rio de Janeiro, Eduerj, 1989.

SILVA, M.N. **O negro no Brasil**: um problema de raça ou de classe? Revista Mediações, Londrina, v. 5, n.2, p. 99-124, jul./dez. 2000.

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *media* no Brasil. In: VRON, W. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004, pp. 363-386.

THEODORO, M. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição, Brasília: Ipea, 2008.